



UNIVERSIDADE DE UBERABA

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

MESTRADO PROFISSIONAL

VAMOS REFLETIR SOBRE INCLUSÃO?

Este *E-book* é um produto da Dissertação de Mestrado em Educação intitulada "**A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO REGULAR: políticas públicas e estratégias pedagógicas**", sob a orientação da Prof^a Dr^a Gercina Santana Novais.

Catálogo elaborado pelo Setor de Referência da Biblioteca Central UNIUBE

C837v Couto, Adriana Silveira de Castro e.
Vamos refletir sobre inclusão? [livro eletrônico] / Adriana Silveira de Castro e
Couto. – Uberlândia (MG), 2024.
[34] p. : il., color.

Este produto (e-book) foi produzido a partir da dissertação “A inclusão de estudantes com transtorno do espectro autista no ensino regular: políticas públicas e estratégias pedagógicas” e apresentado ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação – Mestrado pela Universidade de Uberaba – UNIUBE, sob a orientação da Profa. Dra. Gercina Santana Novais.

Inclui bibliografia.

1. Educação inclusiva. 2. Transtornos do espectro autista. 3. Inclusão na educação.
I. Novais, Gercina Santana. II. Universidade de Uberaba. Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação – Mestrado. III. Título.

CDD 371.9046

VAMOS REFLETIR SOBRE INCLUSÃO?

Este documento é resultado de uma pesquisa acadêmica e explora os desafios e estratégias para a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas "escolas regulares" brasileiras.

Aborda os marcos legais, direitos e deveres, estratégias pedagógicas e recursos disponibilizados pelo Estado para apoiar essa inclusão. O texto analisa os obstáculos enfrentados e propõe soluções para uma educação inclusiva.

Propõe repensar a inclusão na perspectiva da pedagogia da alteridade, reconhecendo e valorizando as diferenças como um meio de humanização, e não como necessidade de igualar os desiguais.

Sugere a adoção de práticas educativas que promovam o respeito mútuo, a valorização da pluralidade e a equidade, com a participação de todos, contribuindo para criar um ambiente escolar acolhedor e inclusivo para os estudantes.

 por **Adriana Silveira de Castro e Couto**

Roteiro

1. O que é TEA?.....	05
2. Causas do Transtorno do Espectro Autista	06
3. Níveis de Suporte do TEA	07
4. A inclusão de estudantes com TEA.....	08
5. Fases do Movimento pelo Direito à Educação Escolar.....	09
6. Complexidade da inclusão.....	10
7. Estatísticas.....	11
8. A Pesquisa.....	15
9. Resultados.....	25
10. Estratégias pedagógicas.....	32
11. Referências.....	34



O que é TEA?

O Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é uma condição caracterizada por prejuízos em três áreas-chave do desenvolvimento humano: habilidades socioemocionais, atenção compartilhada e linguagem. A ciência reconhece hoje não apenas um único tipo de autismo, mas sim múltiplos tipos que se manifestam de maneira única em cada pessoa.

O termo "espectro" é utilizado para descrever a ampla variação do autismo, que abrange desde pessoas com outras condições associadas (comorbidades), como deficiência intelectual, até pessoas que levam uma vida independente e comum. Por conta disso, existem diferenças dentro do próprio espectro. Ou seja, enquanto algumas pessoas com TEA realizam a maioria das tarefas do cotidiano sem apoio, outros necessitam de auxílio em atividades consideradas simples.

Causas do Transtorno do Espectro Autista

Conforme Pontis (2021), embora as pesquisas tenham feito progressos significativos, ainda não se sabe exatamente quais os fatores que provocam o autismo.

Nenhum exame é capaz de dar este diagnóstico. Ele vai depender da observação do comportamento pelo médico em conjunto com a família, demais profissionais da saúde e da educação.

As causas do TEA continuam sendo objeto de estudo e investigação científica, com diversas teorias sendo exploradas.

Imagem gerada por IA (gamma.app)



Níveis de Suporte do TEA

Conforme o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V, edição revisada, em 2022), o Transtorno do Espectro Autista apresenta níveis de suporte diferenciados.

Veja-se o quadro abaixo:

Suporte	Comunicação social	Comportamentos
Nível 1 - Exige apoio leve	Déficit na comunicação social com danos significativos. Pode apresentar desinteresse nas relações interpessoais, dificuldade em iniciar o contato, respostas atípicas ou sem resposta a abertura social.	Inflexibilidade causa interferência em um ou mais contextos. Problemas de organização, planejamento, dificuldade em trocar de atividades.
Nível 2 - Exige suporte substancial	Déficit grave na comunicação social que causam limitações mesmo com apoio. Resposta reduzida ou anormal ao contato do outro.	Inflexibilidade, dificuldade de lidar com mudanças, comportamentos restritos e repetitivos que interferem em diversos contextos e são óbvios para o observador casual. Sofrimento para mudar o foco das ações.
Nível 3 - Exige suporte muito substancial	Déficits graves na comunicação verbal e não verbal com limitação para iniciar contato interpessoal e resposta mínima ao contato de outros.	Inflexibilidade extrema, dificuldade de lidar com mudanças, comportamentos restritos e repetitivos que interferem de forma acentuada em todas as esferas. Grande sofrimento para mudar o foco das ações.

A inclusão escolar de alunos com TEA

As reflexões sobre inclusão na escola permeiam as esferas das políticas públicas, do ambiente escolar e, por conseguinte, do meio acadêmico. A inserção de alunos diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas "escolas regulares" constitui um desafio multifacetado no contexto educacional contemporâneo.

Conforme preceituam os teóricos a quem recorreremos é preciso um olhar que não reduza o estudante apenas ao seu diagnóstico.

Faz-se necessário adotar na educação o princípio da alteridade e reconhecer que o ser humano é distinto. Valorizar a diversidade não é tolerar as diferenças, mas adotar práticas educativas que incentivem o respeito mútuo, valorizem a pluralidade e promovam a equidade.

Nesse processo, é importante fortalecer a constituição de sujeitos democráticos. Investir na formação de professores, promover a conscientização pública, fortalecer a colaboração entre escola, família e equipe multidisciplinar, e assegurar a implementação efetiva de políticas públicas são passos essenciais para criar um ambiente educacional inclusivo.

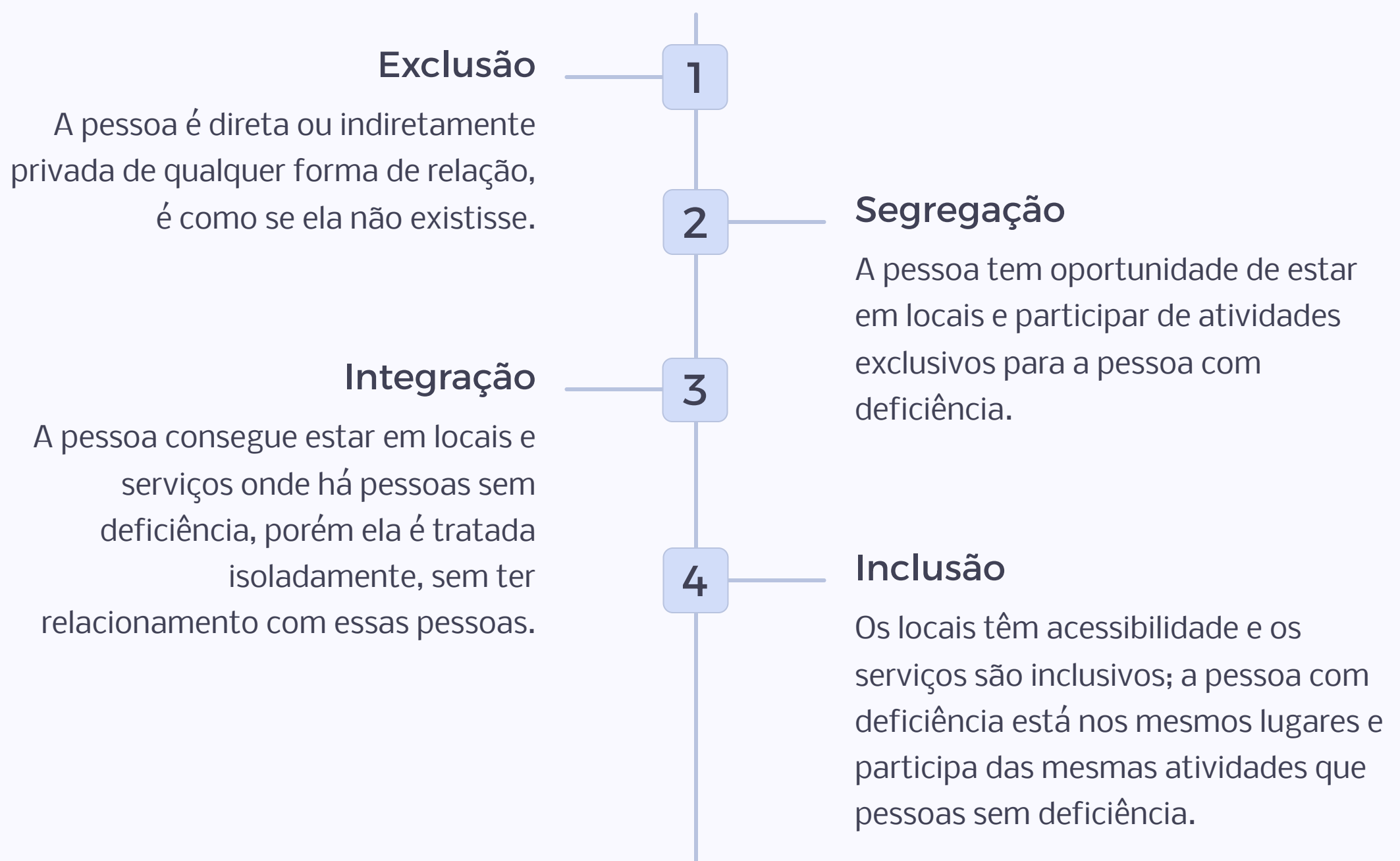
Esse processo de humanização é fundamental para que todos os estudantes, independentemente de suas particularidades, tenham acesso a uma educação de qualidade social que respeite e valorize suas particularidades, promovendo um ambiente escolar que acolha e valorize a diversidade, garantindo o direito à educação de qualidade para todos os estudantes.

Essa inclusão requer ações coletivas, contínuas e integradas, em sociedades em que as diferenças são incorporadas para estabelecer desigualdades e discriminações.

Mas, esse processo demanda, também, a implementação de políticas públicas eficazes, para construir um ambiente educacional inclusivo e acolhedor para todos os estudantes com TEA, respeitando suas particularidades e promovendo seu desenvolvimento pleno.

E, para construir educação inclusiva, é imperativo que todos - educadores, gestores, familiares e formuladores de políticas - trabalhem juntos em uma abordagem colaborativa e solidária.

Fases do Movimento pelo Direito à Educação Escolar



Fonte: <http://ddhccreremas.blogspot.com/2013/06/exclusao-segregacao-integracao-e.html>

Complexidade da Inclusão

A complexidade desse cenário decorre de diversas variáveis, sendo crucial considerar, tanto aspectos relacionados à infraestrutura, quanto às práticas pedagógicas e ao ambiente social.

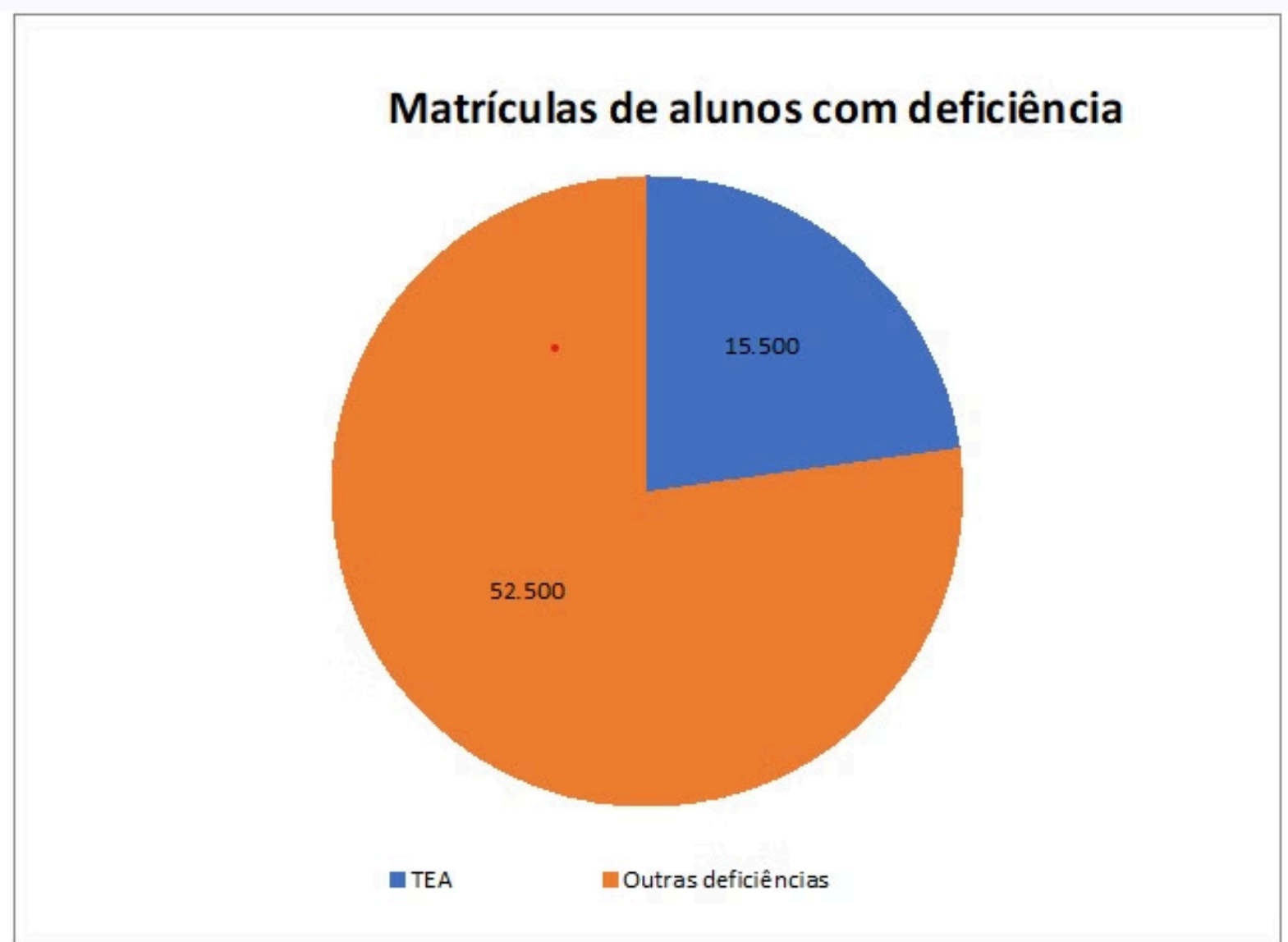
Daí a necessidade de refletir sobre as políticas públicas de inclusão e examinar a formação com os profissionais da educação para lidar com alunos diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA).



Fonte: <http://ddhccreremas.blogspot.com/2013/06/exclusao-segregacao-integracao-e.html>

Estatísticas - Estudantes com TEA nas Escolas Estaduais de Minas Gerais

Para termos uma ideia do número de estudantes com TEA matriculados nas escolas estaduais do Estado de Minas Gerais, buscamos, junto à Secretaria de Estado da Educação, dados obtidos no último Censo Escolar, do ano de 2022. Conforme esses dados, em 2022, havia 68 mil alunos com deficiência matriculados em escolas públicas estaduais. Desse total, 52.500 eram alunos com diferentes tipos de deficiências, portanto, um percentual de 77,20%.



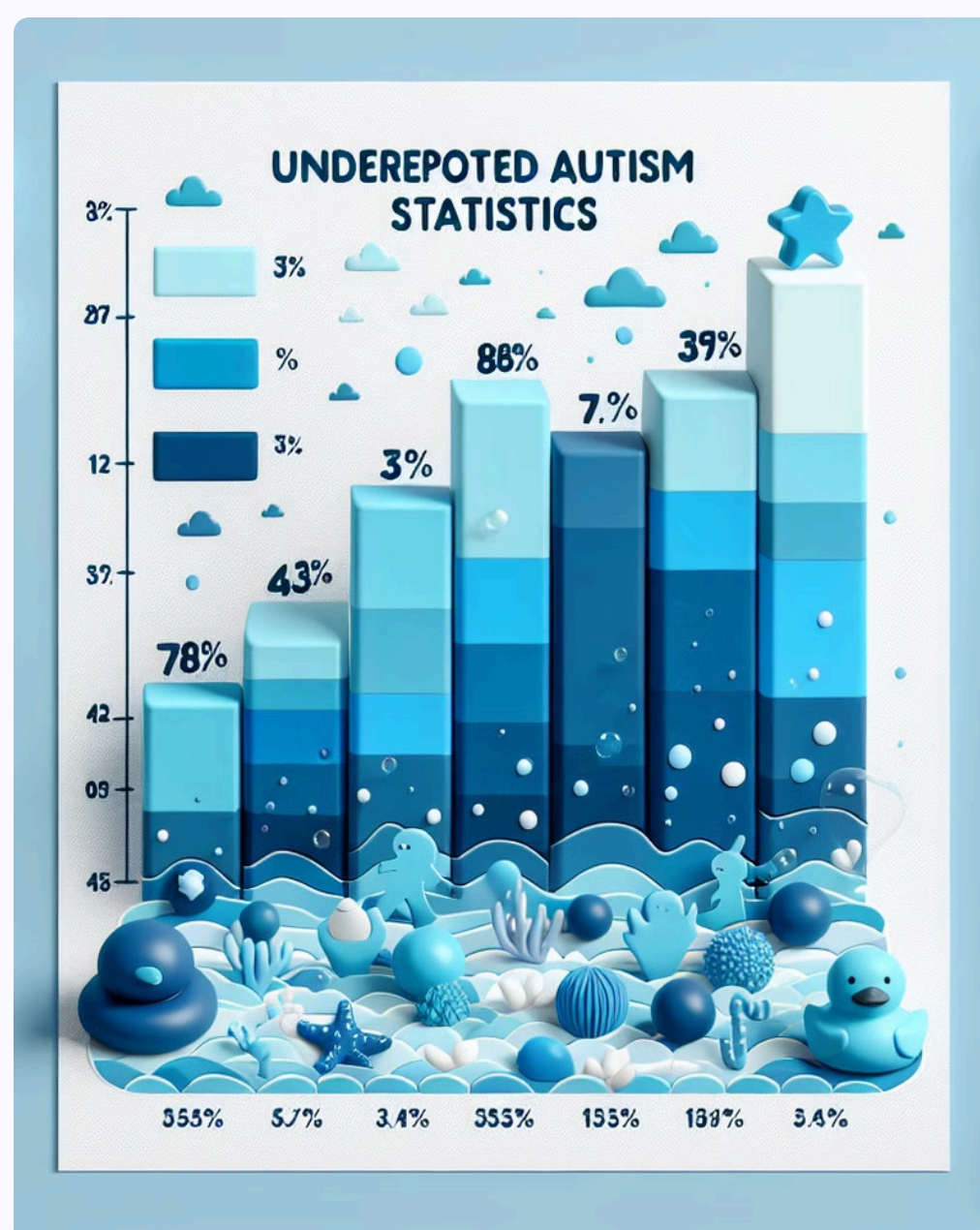
Fonte: SEE/MG 2022 (Censo Escolar).

Estatísticas sobre estudantes com TEA em Minas Gerais

Entre esses 68.000 alunos, 15.500 são estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Isto representa 22,80% de alunos, apenas na rede pública estadual de ensino.



Estimativa real de alunos com TEA



Acredita-se que o número de alunos com TEA seja bem maior, pois não foram contabilizados alunos que possuem TEA acompanhado de uma outra deficiência.

Dados incompletos

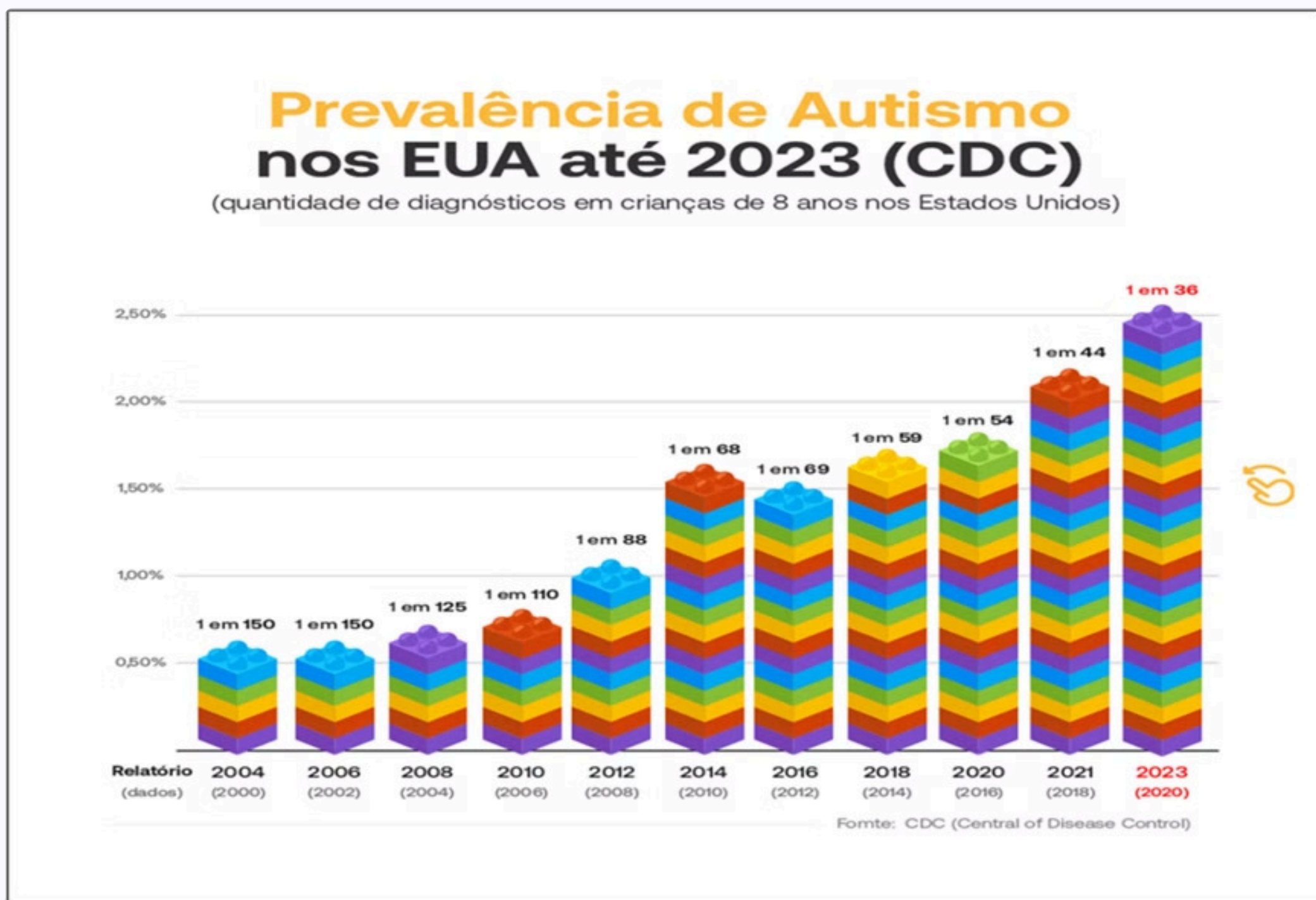
Minas Gerais possui 853 municípios, mas não temos os dados das escolas municipais. Faltam, igualmente, os dados das APAE, o que nos leva a crer e a concordar com vários pesquisadores que afirmam ser este público maior do que os dados demonstram.



Estimativa de pessoas com TEA no Brasil

Segundo um estudo denominado "Retratos do autismo no Brasil em 2023: um estudo Genial Care e Tismoo.me", estima-se que há, aproximadamente, 4 milhões de pessoas autistas no Brasil. A crescente identificação de crianças com TEA nas escolas impõe novas demandas por práticas pedagógicas inclusivas.

A figura abaixo mostra a prevalência de autismo nos Estados Unidos, segundo dados do CDC (Centers for Disease Control and Prevention) de 2023.



Percurso Metodológico da Pesquisa

Diante desse cenário, justificamos o desenvolvimento de uma pesquisa bibliográfica, intitulada, "***A inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista no ensino regular: políticas públicas e estratégias pedagógicas***", com abordagem qualitativa.

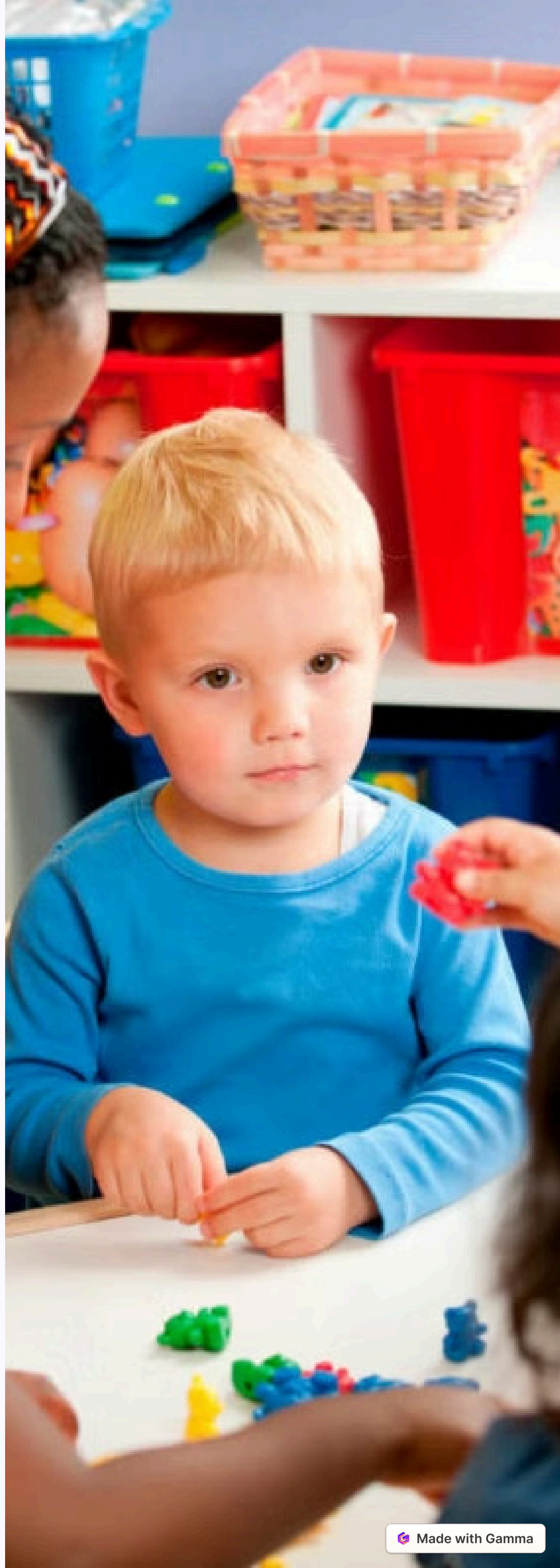
Selecionamos para esta pesquisa, 7 dissertações e 4 teses que tratavam sobre a temática da inclusão de alunos com TEA nas "escolas comuns", das políticas públicas e das estratégias pedagógicas para o desenvolvimento de uma educação inclusiva.



Questão Central da Pesquisa

Quais são os fatores que obstam a concretização de uma educação inclusiva, nas escolas brasileiras que oferecem ensino regular, para pessoas com Transtorno do Espectro Autista, e seus vínculos com a ausência ou insuficiência das políticas públicas?

Fonte da imagem :
<https://projab.org.br/maternalaracy/Projetos>





Questões Complementares da Pesquisa

- Quais são os direitos e deveres previstos na legislação sobre inclusão de estudantes com transtorno do espectro autista (TEA)?
- Quais são as estratégias pedagógicas utilizadas pelas escolas para materializar o direito de estudantes com TEA à educação escolar?
- Quais são os recursos disponibilizados pelo Estado para apoiar a inclusão dos alunos com TEA?



Justificativa da pesquisa

A presente pesquisa é fundamental para:

Compreender os limites da política da educação inclusiva no que tange à sua materialização;

Vislumbrar estratégias de aprimoramento, auxiliando na formação com profissionais da educação e na qualificação dos recursos didático-pedagógicos.

Defender e alertar sobre a necessidade da inclusão escolar de estudantes com TEA, ajuda a garantir que os direitos dessas pessoas, na política pública de inclusão, sejam respeitados e implementados.

Benefícios da Pesquisa

Ao entender melhor sobre o processo de inclusão de alunos com TEA, os educadores podem aprimorar a qualidade das práticas educativas em favor da inclusão de todos os alunos.

Isso pode envolver a formação continuada com docentes, a elaboração e implementação de recursos pedagógicos inclusivos, adotando as diferenças humanas como eixo estruturante dos currículos, e a atuação integrada entre a escola e a família, beneficiando toda a comunidade escolar.

Para tanto, necessária a adoção de uma ética da alteridade em oposição à ética do mercado.



Objetivo Geral da Pesquisa

Identificar e analisar os fatores que obstam a concretização de uma educação inclusiva, nas escolas brasileiras que oferecem "ensino regular", para pessoas com Transtorno do Espectro Autista, e seus vínculos com a ausência ou insuficiência das políticas públicas.

Objetivos Específicos da Pesquisa

1. Analisar a legislação que contempla a política de inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), a fim de identificar os direitos e deveres destes estudantes e da instituição escolar, respectivamente;
2. Mapear os recursos disponibilizados pelo Estado para apoiar a inclusão desses alunos;
3. Identificar as estratégias pedagógicas utilizadas por escolas para materializar o direito de estudantes com TEA à educação escolar.
4. Propor estratégias de aprimoramento, tanto dos recursos didáticos como das práticas formativas dos/as profissionais da educação que atuam nas escolas de ensino regular, como forma de eliminar barreiras no processo de ensino e aprendizagem, consolidando-as em um *e-book*.

Fonte da imagem: IA gamma.app



Referencial Teórico

Para ancorar o processo de produção e análise dos dados, o referencial teórico que fundamenta esta pesquisa é constituído das elaborações de:

Maria Teresa Eglér Mantoan, defende uma abordagem de inclusão que não apenas visa a inserção de alunos com deficiência no sistema educacional, mas também propõe mudanças estruturais e pedagógicas para garantir que esses alunos tenham acesso a uma educação de qualidade e sejam verdadeiramente incluídos em todos os aspectos da vida escolar. A autora entevê a valorização da diversidade como elemento enriquecedor da sociedade e da escola. Critica a segregação de alunos com deficiência em escolas especiais, reafirmando que isso os priva de contato com a diversidade e limita suas oportunidades de desenvolvimento.

Vera Maria Ferrão Candau, defende a interculturalidade, perspectiva que implica a aceitação da interrelação entre diferentes grupos culturais; da permanente renovação das culturas; do processo de hibridização das culturas; e da vinculação entre questões de diferença e desigualdade. Partindo do pressuposto que a diferença se encontra na base dos processos educativos, a autora sugere possibilidades pedagógicas para o desenvolvimento de uma educação intercultural na escola.



Referencial Teórico

Carlos Rodrigues Brandão, entende a educação como um processo integral e comunitário que vai além da mera instrução formal. Valoriza a educação popular, que envolve o conhecimento construído nas práticas e experiências cotidianas das pessoas. Para Brandão, reconhecer e valorizar a diferença é fundamental para uma educação democrática. O autor ainda trata da questão da alteridade, ou o reconhecimento do outro como legítimo e valioso em sua diferença. Ele defende que a educação deve promover o encontro com o outro, quando a alteridade é vista como um caminho para superar preconceitos e discriminações.

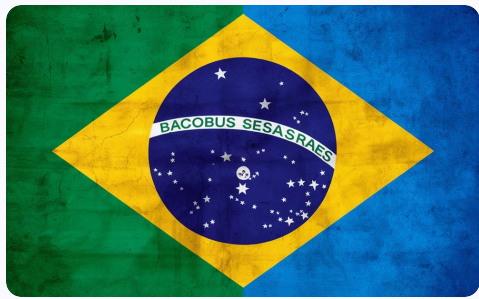
Maria Teresa Esteban, discute a inclusão escolar, com um enfoque particular na prática docente e nas políticas públicas de educação inclusiva. Argumenta que as escolas devem adaptar suas práticas pedagógicas para atender às necessidades de todos os alunos, em vez de tentar ajustar os alunos às práticas existentes.

Walter Camargos Júnior, psiquiatra da infância e da adolescência, esclarece sobre o conhecimento prévio necessário para a compreensão do TEA, assim como a epidemiologia, os diagnósticos, os sintomas, o tratamento e o comportamento das pessoas com do TEA.

Romeu Kazumi Sassaki, considerado o “pai da inclusão” no Brasil, defende uma abordagem de inclusão que vai além da simples integração física das pessoas com deficiência, enfatizando a necessidade de mudanças estruturais, culturais e atitudinais para garantir sua plena participação na sociedade.



Principais Marcos Legais



Constituição Federal de 1988

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu importantes direitos e garantias fundamentais para as pessoas com deficiência, incluindo o direito à educação.



Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, regulamentou e reafirmou o direito das pessoas com deficiência à educação.



Política Nacional de Educação Especial

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPI), de 2008, orientou o sistema educacional brasileiro para uma educação inclusiva.



Lei Brasileira do Autismo

A Lei nº 12.764/2012, conhecida como Lei Brasileira do Autismo ou Lei Berenice Piana, estabelece direitos e diretrizes específicas para as pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).



Estatuto da Pessoa com Deficiência

O Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146/2015 - reforça os direitos das pessoas com deficiência, incluindo o direito à educação.



Nota Técnica nº 4/2014

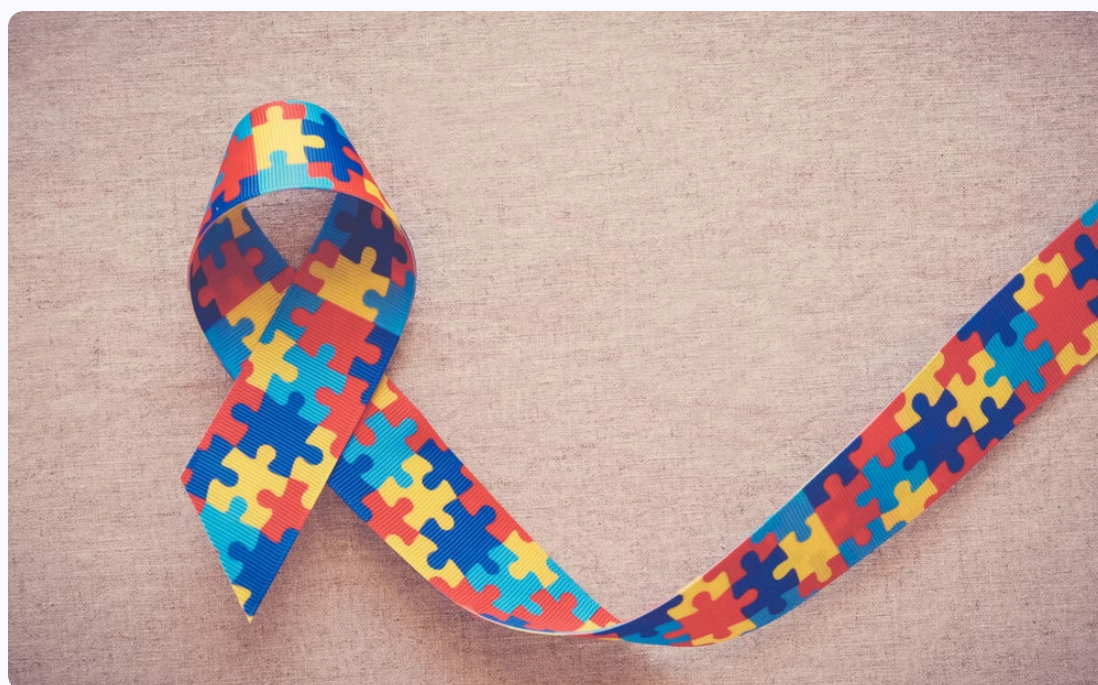
Destaca que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é pedagógico, não clínico, e não requer necessariamente um diagnóstico médico, ou seja, um laudo.



Lei nº 13.977/2020 - Lei Romeo Mion,

institui a Carteira de Identificação da Pessoa com TEA (Ciptea), garante a atenção integral, prioridade no atendimento e no acesso a serviços públicos e privados aos quais os autistas têm direito.

Símbolos que identificam as pessoas com TEA



Fita quebra-cabeça

Símbolo do Autismo, criado em 1999, cujo objetivo era conscientizar a população, demonstrar apoio à causa e informar a população sobre os direitos de quem está no espectro.



Fita Girassol

Lei nº 14.624/2023, inclui um novo recurso para a identificação de pessoas com deficiências ocultas: aquelas que não podem ser percebidas, como surdez, TEA, deficiências cognitivas, dentre outras.

RESULTADOS DA PESQUISA

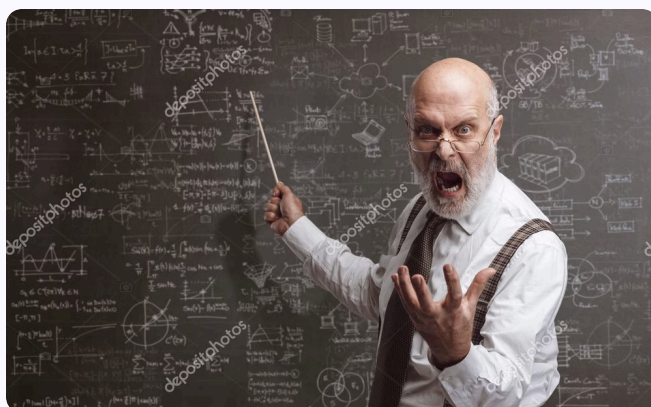
Os dados produzidos e analisados revelam os fatores que dificultam a educação inclusiva, os direitos previstos na legislação, os deveres das instituições de ensino e as estratégias a serem utilizadas pelas escolas para garantir o direito à educação desses estudantes.

Os fatores que dificultam uma educação inclusiva nas escolas brasileiras



Falta de conhecimento sobre o TEA

Muitos profissionais da educação não têm conhecimento suficiente sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), o que dificulta a implementação de práticas inclusivas.



Projetos Pedagógicos/ Currículos inflexíveis

Os currículos e projetos pedagógicos, muitas vezes, não são flexíveis, tampouco estruturados a partir do princípio da alteridade e da diferença.



Estrutura física das escolas, inadequada

Muitas escolas não possuem instalações e equipamentos adaptados para atender às necessidades dos estudantes.



Sobrecarga do Corpo Docente

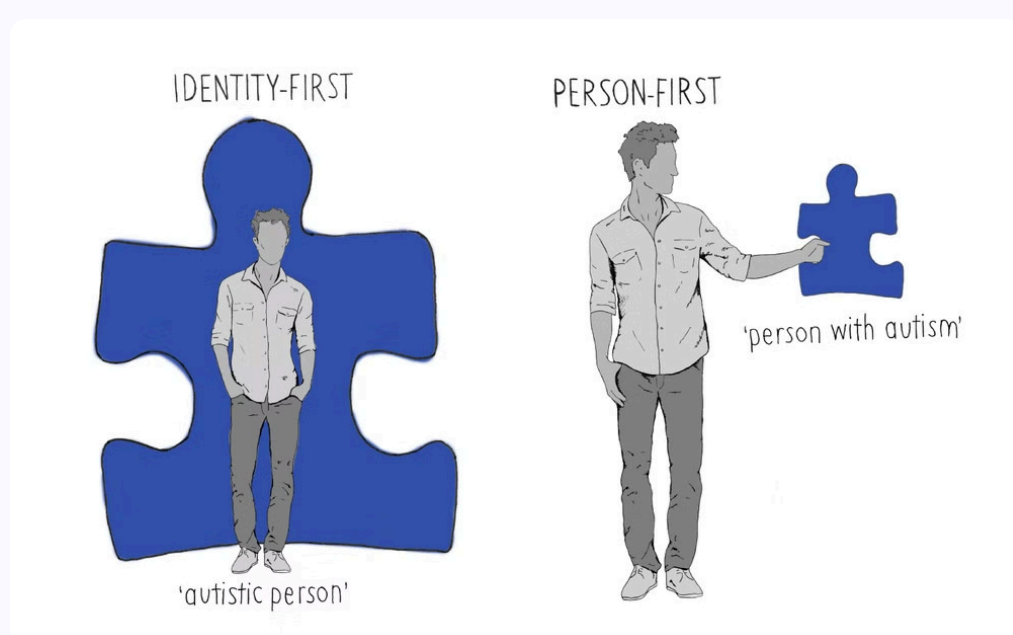
Os professores enfrentam uma grande carga de trabalho, dificultando o planejamento e a implementação de ações coletivas para resguardar que todos os alunos sejam incluídos.



Excesso de alunos nas turmas

Salas de aula superlotadas dificultam o ensino de qualidade aos estudantes.

Os fatores que dificultam uma educação inclusiva nas escolas brasileiras



Preconceito e discriminação

Ainda existem estigmas e preconceitos em relação ao TEA, o que pode levar à discriminação e exclusão desses alunos na escola.

Falta de formação continuada com docentes articulando teoria e prática

Muitos professores não têm acesso a formação e atualizações sobre estratégias e metodologias para a inclusão de alunos com TEA.



Falta de recursos adequados

Falta de estrutura adequada como salas de recursos, materiais adaptados e profissionais com a formação que atenda às reais necessidades dos estudantes.



Implementação de Políticas de Inclusão

Apesar das garantias expressas nas leis, há lacunas na implementação das políticas de inclusão.

Os direitos previstos na legislação sobre inclusão de estudantes com TEA

- 1 Direito à educação inclusiva
- 2 Direito à acessibilidade
- 3 Direito à avaliação e à intervenção especializada
- 4 Direito à formação de professores



Recursos previstos em lei para apoiar a inclusão



Materiais Didáticos Adaptados

Conteúdo e atividades desenvolvidos especificamente para atender às necessidades dos estudantes com TEA.



Tecnologias Assistivas

Equipamentos e programas que ampliam as habilidades funcionais dos estudantes com TEA.

Fonte imagem: IA gamma.app



Salas de Recursos

Espaços equipados para oferecer atendimento educacional especializado aos alunos com TEA.

Fonte imagem: IA gamma.app



Estrutura Física Acessível

Instalações e ambientes escolares adaptados para garantir a acessibilidade de estudantes com TEA.

Recursos previstos em lei para apoiar a inclusão



Formação Continuada

Capacitação constante de professores para implementar práticas inclusivas para alunos com TEA.

Fonte imagem: IA gamma.app



Professor de Apoio

Profissionais especializados que auxiliam os docentes na educação escolar de estudantes com TEA.

Fonte imagem: IA gamma.app

Deveres das Instituições de Ensino, conforme as legislações vigentes

Garantir a inclusão

Assegurar a plena participação e acessibilidade de estudantes com TEA em todas as atividades escolares.

Oferecer apoio especializado

Ofertar atendimento educacional especializado, recursos e serviços de apoio conforme as necessidades de cada aluno.

Respeitar a individualidade

Implementar práticas pedagógicas que valorizem as habilidades e características de cada estudante com TEA.

Promover a formação continuada

Formar constantemente a equipe docente para lidar com as especificidades do Transtorno do Espectro Autista.



Estratégias para Inclusão de Estudantes com TEA

Comunicação Alternativa

PECS, pranchas de comunicação, aplicativos

Adaptação do Ambiente

Tornar o ambiente escolar acessível, no sentido de acolher as diferenças

Parcerias Especializadas

Profissionais para apoio aos estudantes

Espaços de Diálogo

Formação continuada com educadores

Recursos Visuais

Cartões, cronogramas, organizadores

Tecnologias Assistivas

Tablets, softwares, aplicativos

Adaptações Curriculares

Currículo flexível, estruturado a partir do princípio da alteridade e das diferenças humanas

Atendimento Especializado

Sala de Recursos

Formação investigação com Professores

Formação investigação com intervenções no cotidiano escolar, na perspectiva da formação continuada

Parceria com Famílias

Envolvimento no processo educacional

Redes de Apoio

Criação de redes de apoio, como exemplo, a Rede Cooperativa de Ensino Pesquisa e Extensão - RECEPE, que atuam com o objetivo de produzir coletivamente e partilhar conhecimentos e experiências, vinculados à melhoria da qualidade social da educação básica pública e gratuita. Essas redes de apoio devem atuar em colaboração com os educadores, com a finalidade de apoiar a escolarização de estudantes, em todas as modalidades.

Redes de Apoio Multidisciplinar

Outra rede necessária é a de apoio à inclusão escolar, composta de pontos relacionados à educação e serviço de saúde públicos, desenvolvidos por médicos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, psicólogos, fisioterapeutas, dentre outros profissionais necessários ao trabalho interdisciplinar.



Repensando a inclusão

Ingresso e permanência não garantem inclusão escolar. É preciso ir além...

A conscientização e a sensibilização de toda a comunidade escolar, incluindo gestores, professores, funcionários, alunos, pais, mães e outros responsáveis, para criar um ambiente acolhedor e favorável à inclusão, é uma exigência inadiável.

É preciso um olhar que não reduza o estudante apenas ao seu diagnóstico. Faz-se necessário adotar na educação o princípio da alteridade e reconhecer que o ser humano é distinto.

“O reconhecimento da diferença é a consciência da alteridade” (Brandão, 1986, p. 7). Isso implica entender e valorizar a singularidade de cada indivíduo, portanto, jamais propor igualar os diferentes, num processo de homogeneização.

Valorizar a diversidade não é tolerar as diferenças, mas adotar práticas educativas que incentivem o respeito mútuo, valorizem a pluralidade e promovam a equidade.

Investir na formação com professores, promover a conscientização pública, fortalecer a colaboração entre escola, família e equipe multidisciplinar, e assegurar a implementação efetiva de políticas públicas são passos essenciais para criar um ambiente educacional inclusivo.

Nossa proposta é desenvolver uma pedagogia cujas práticas se baseiem no princípio da alteridade, reconhecendo e valorizando as diferenças como um meio de enriquecimento para as práticas pedagógicas, e não como necessidade de igualar os desiguais.

Referências

BRANDÃO, C. R. **Educação popular**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CANDAU, V. M. F. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. **Currículo sem Fronteiras**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 240-255, 2011.

ESTEBAN, M. T. Encontros e desencontros no cotidiano escolar. **Teias**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 33, p. 8, 2013. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/24371>. Acesso em: 15 maio. 2024

LOPES, M. C.; FABRIS, E. H. **Inclusão & Educação**. Belo Horizonte, Autêntica, 2013.

MANTOAN, M. T. E. (org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. São Paulo: Vozes, 2013.

MANTOAN, M. T. E.; PIETRO, R. G.; ARANTES, V. A. (org). **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. 8. ed. São Paulo: Summus Editorial, 2023. p. 15-30.

PONTIS, M. **Autismo: o que fazer e o que evitar: guia rápido para professores e professoras do Ensino Fundamental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.